



Intervenção do Ministro da Educação na apresentação do PISA

Lisboa, 3 de dezembro de 2019

(considerar o que é dito)

Políticos há que se acham donos do trabalho e do mérito dos cidadãos. Sempre o considerei demasiado fácil e ainda mais presunçoso.

Porque um Governo é certamente autor de políticas. Através delas influencia certamente – para o bem e para o mal – os caminhos das áreas que governa. Por causa delas, assume-se naturalmente como responsável pelos resultados que devolve aos cidadãos.

A bem da qualidade da democracia e da vida cívica importa-nos a todos, governantes e governados, que cada Governo devolva aos cidadãos que serve os resultados que prometeu e que constam dos Programas de Governo.

Este é o nosso caminho. Foi-o no Governo anterior, entre 2015 e 2019, e é-o neste Governo que agora recomeça, procurando um alinhamento progressivo com as melhores práticas internacionais.

No período que nos antecedeu, entre 2011 e 2015, ficamos reduzidos aos mínimos na OCDE. Continuámos, e bem, a participar no PISA – talvez porque fosse demasiado escandaloso dele sair – mas saímos de tudo o resto.

O atual Governo, também no que se refere ao relacionamento com as instituições internacionais de referência no setor, neste caso, no setor da Educação, fez o que se impunha que fizesse.

Um regresso à normalidade, recuperando o alinhamento com as boas práticas internacionais que havia sido um caminho seguido desde, pelo menos, o final dos anos 90 e que importava retomar.

A recuperação de um relacionamento ativo, participante e colaborante com a OCDE e, aí, com todos os seus Estados Membros, foi uma preocupação nossa desde o início do mandato anterior. É com grato prazer que vos asseguro que este caminho foi feito e nos acompanhará também ao longo desta legislatura. Contra os arautos da desgraça e aqueles que insistem em desqualificar o trabalho realizado pelos profissionais da educação, podemos hoje dizer – com base em sucessivas edições do PISA e de tantos outros relatórios de instâncias nacionais e internacionais – que o nosso sistema educativo tem vindo a melhorar, de forma gradual e consistente, nas últimas décadas.

Uma melhoria consistente em todos os alunos, desde aqueles com mais dificuldades àqueles com maior sucesso. Aliás, importa sublinhar que Portugal apresenta, há muito, uma percentagem menor do que a média da OCDE de alunos num e noutra extremo do sucesso educativo, sinal de equidade e inclusão da resposta educativa que oferecemos aos nossos alunos.

E é esta análise de ciclo longo que o PISA oferece. Nele sistematicamente se avalia a evolução dos países, desde a 1ª edição, em 2000, elogiando-se repetidas vezes Portugal pela evolução positiva, consistente e progressiva, neste período, em que tal como destaca o prefácio deste PISA 2019, é caso único na OCDE. Efetivamente, desde 2000 e desde a 1ª edição do PISA,

apresentamos um caminho de melhoria contínua e significativa nos três domínios que nos coloca acima da média da OCDE, quando partimos, há menos de 20 anos, de bem abaixo desta média.

Os resultados que agora conhecemos, recolhidos em 2018, mostram bem como as competências reveladas agora pelos jovens nascidos no ano de 2002 resultam de muitos fatores que as enriqueceram.

Estes estudantes ingressaram no 1º ciclo em 2008, encontrando-se, a maioria, no ano letivo de 2015/2016, o primeiro da nossa governação, já no 8º ano.

Com a introdução de exames no 4º e no 6º anos, estes são, na verdade, alunos que passaram a sua infância a estudar para exames.

Ao contrário de outros estudos de avaliação das aprendizagens dos alunos, como o TIMSS, o PISA não tem como referência o currículo, destina-se antes a aferir competência e conhecimentos testados pelo dia a dia e pelas necessidades do quotidiano dos jovens de 15 anos, nas áreas da leitura, da matemática e das ciências, tendo em conta o país em que vivem e estudam, bem como as condições sócio económicas, o sexo, o tipo de escola e diversas outras variáveis.

Estamos, portanto, perante um estudo que merece ser analisado e debatido, com tempo e profundidade.

Assim, convido todas as comunidades educativas, nas próximas semanas, a analisar com profundidade a vasta bateria de indicadores e análises providenciadas pelo PISA, pois essa é uma riqueza muito maior do que simplesmente dedicarmo-nos a fazer entre países os rankings que, maioritariamente, rejeitamos entre Escolas.

A descida do nível médio de competências dos alunos na leitura, matemática e ciências, no espaço da OCDE, ainda que ligeira, preocupa-nos como parte ativa e empenhada da OCDE e mostra bem como a educação precisa de ser mais valorizada, a nível internacional,

Por isso mesmo, para Portugal, mais do que um ranking internacional, o PISA é um poderoso instrumento de cooperação internacional e de aprendizagem com os outros. Esta informação é-nos particularmente útil, tanto mais quanto tenhamos a noção de que os resultados aqui obtidos são de espectro largo, ou seja, resultam de diversos fatores, ao longo da vida destes jovens e sobretudo exigem-nos uma análise de ciclos longos, como aliás sublinha a própria OCDE. Também o sublinha o estudo do professor Domingos Fernandes, ao referenciar o ciclo longo de melhoria dos resultados de Portugal no PISA como produto de um conjunto de políticas estruturantes, com largo alcance e longevidade.

Foi a essa linha de trabalho a que regressámos, a partir de 2015, de forma paulatina para não criar rupturas no sistema, e que, estamos certos, não deixará de ter efeitos mais significativos nas próximas edições do PISA.

Sabemos bem como os resultados do PISA dependem de vários fatores, entre os quais a situação económica, social e política do país.

Importa, pois, recordar que a geração que realizou esta prova, em 2018, iniciou o percurso no 1º ciclo, em 2008/2009. Foi, portanto, a mais afetada pela crise económica e por algumas mudanças bruscas de políticas, no campo educativo, como a revogação do currículo do ensino básico e de vários programas de desenvolvimento educativo, como foi exemplo a suspensão do Plano de Ação para a Matemática, os cortes então executados no Ciência Viva e no Plano

Nacional de Leitura; isto ao mesmo tempo que se criavam novos programas e metas, à revelia do trabalho que vinha sendo realizado na década anterior, com as comunidades educativas e associações profissionais, e que, sabemos hoje, teve um efeito muito positivo na estabilização do sistema e na qualidade das aprendizagens dos alunos.

A progressão de ciclo longo de Portugal no PISA, ela mesmo acima da média da OCDE, coloca-nos hoje a par de parceiros e competidores próximos como a França, a Alemanha e a Holanda. A média de 492 pontos que alcançamos nos 3 domínios supera a média da OCDE. Já a ligeira descida face a 2015, quando falamos das ciências, acompanha a média da OCDE, demonstrando aliás como a concentração letiva nesta área sem oferta de atividades complementares não garante que os alunos adquiriam sólidas competências de ciências para resolução dos problemas com que se deparam no seu quotidiano quando têm 15 anos.

Precisamos de fazer mais nas Ciências, como precisamos de fazer mais na Leitura, para que possamos contrariar a média da OCDE, que nos diz que há hoje mais alunos de 15 anos do que havia há 3 anos a considerarem ler uma perda de tempo. E porque precisamos de fazer mais dentro e fora da escola, resgatámos a centralidade do Programa Ciência Viva e do Plano Nacional de Leitura.

Precisamos de fazer ainda mais e melhor na equidade, pois o estatuto económico dos pais ainda é um prescriptor de sucesso escolar maior em Portugal do que noutros países e junto de nós influencia, mais do que na média da OCDE, o desempenho na leitura dos nossos alunos.

Precisamos de fazer ainda mais e melhor na coesão onde, se pressentem,

embora com margem de erro demasiado ampla para tirarmos conclusões definitivas, importantes diferenças regionais nas aprendizagens.

Se precisamos de estar atentos à escassa diversidade dos alunos das nossas Escolas privadas, onde temos um índice de não diversidade que é o dobro da média da OCDE; devemos estar contentes com o facto de o PISA não revelar diferenças estatísticas relevantes entre os resultados das escolas privadas e das escolas públicas.

Equilíbrio que se sente também no género dos alunos avaliados, onde a vantagem das raparigas sobre os rapazes, observável no espaço da OCDE, não se apresenta tão pronunciada em Portugal. Em Portugal verifica-se que a vantagem das raparigas na Leitura é compensada pela ligeira vantagem dos rapazes na Matemática e nas Ciências, ao contrário do que sucede em muitos outros países, com um claro domínio feminino das três áreas.

Se precisamos de progredir na proporção de alunos com maior sucesso, queremos continuar a aprofundar a redução que temos conseguido alcançar nos alunos com piores resultados escolares.

Se estamos a conseguir fazer caminho no Ensino Profissional, tendo mais alunos desta via de ensino presentes na amostra e demonstrando eles melhores resultados médios; precisamos de continuar a trabalhar para promover o sucesso escolar, pois continua a notar-se que os alunos retidos têm resultados muito mais fracos do que os seus colegas no “ano modal”, diferença que até se acentuou face a 2009. Por outras palavras, os alunos sem retenções mantiveram os resultados do ciclo anterior, mas os alunos com uma ou mais retenções alcançam resultados piores do que os obtidos no ciclo

anterior.

Ora, esta retenção tem custos anímicos, simbólicos e sociais brutais. E tem um mísero retorno, em qualquer destes níveis, pois nem responde ao insucesso nem ajuda ao sucesso.

Há, portanto, uma necessidade de esforço pedagógico e letivo adicional para combater as taxas de retenção portuguesas e assegurar que a meta de 10% de redução do abandono escolar precoce é atingida em 2020 e que, no mesmo ano, as nossas taxas de retenção sejam metade do que eram quando pela primeira vez tomámos posse.

Um sistema orientado para a retenção, um sistema que a concebe como um castigo - com poucas hipóteses de redenção, aliás -, será sempre um sistema iníquo.

Esta situação agrava-se, quando constatamos que Portugal está entre os países cujas retenções estão mais associadas ao contexto socioeconómico dos estudantes, mesmo entre estudantes com um nível de desempenho semelhante no PISA. O mesmo ocorre com os alunos imigrantes ou filhos de imigrantes.

São depois muitos destes estudantes, de condições mais desfavorecidas e que acumulam retenções, que acabam por abandonar os estudos, sem completar os 12 anos de escolaridade obrigatória.

É com eles a nossa maior preocupação e compromisso, no sentido de reforçar os princípios da coesão social e da igualdade de oportunidades e de, com eles e com quem os ensina, construirmos um percurso de sucesso escolar.

Como qualquer estudo, o PISA está longe de medir tudo. E tão grave é ignorar o PISA como o é tomá-lo como medida para aferir todas as nossas políticas

educativas. De fora fica o abandono escolar e a cobertura do pré-escolar, áreas em que o país apresenta progressos internacionalmente reconhecidos. Mesmo cingindo-nos às aprendizagens, de fora ficam áreas tão importantes como as expressões físico-motoras e artísticas, as línguas estrangeiras ou as ciências sociais. Áreas que foram também preteridas num passado recente, em Portugal, tendo recuperado recentemente a sua centralidade no currículo e nas provas externas.

Tal como prescreve o Perfil dos Alunos, outras áreas como a comunicação oral, o trabalho de pesquisa e em grupo, as competências sócio-emocionais, devem igualmente estar no centro da nossa atenção, mesmo quando não são aferidos diretamente pelo PISA. As competências dos adultos são outra área fundamental que fica de fora e, por isso, regressámos recentemente ao PIAAC. A própria OCDE já identificou a necessidade de conseguir medir as competências de cidadania, a sensibilidade artística ou os conhecimentos em ciências sociais. Bem como as capacidades de trabalhar em grupo, de se expressar oralmente ou explorar de forma criativa um tema – questões fundamentais do nosso tempo.

Até porque, sendo extremamente importante e ainda mais significativo, o sucesso dos nossos alunos não se resume ao PISA.

Importa celebrar o caminho aqui percorrido, importa dar – como dei – os parabéns a toda a Comunidade Educativa, em especial aos alunos e aos seus professores que realizaram este caminho, mas importa não reduzir todos os sucessos e toda a nossa ambição ao PISA.

Os resultados do PISA são parte indispensável do nosso caminho, mas não são todo o nosso caminho.

Há caminho a ser feito e que estamos a fazer no Sucesso, na Equidade, na valorização da Função Docente e na promoção da Educação de Adultos.

O caminho de uma Escola de Qualidade em todo o território; de promoção da inovação pedagógica assente numa lógica de docência mais interativa e menos expositiva; de coexistência de instrumentos de avaliação mais profundos e diversos; de adiar e reduzir a segmentação de percursos escolares e fomentar a sua permeabilidade; de universalizar o pré-escolar; e de favorecer com políticas diferenciadas os contextos educativos mais desfavorecidos.

Como sabem, há um programa de Governo que apresenta as mesmíssimas prioridades.

É o Programa deste Governo.

Para esse caminho contamos com os verdadeiros pais e donos do Serviço Nacional de Educação: a Comunidade Educativa.

Até porque não precisamos de outros.

Muito obrigado!

Tiago Brandão Rodrigues

Ministro da Educação